CURSO (1) OPERADOR DE CONSTRUÇÃO CIVIL CARPINTARIA

DISCIPLINAS	Cargas Horárias Anuais (2)			
	1ª (7ª)	2ª (8ª)	3ª (9ª)	Total Disc.
PORTUGUÊS	100	100	100	300
LÍNGUA ESTRANGEIRA	100	100	100	300
ÁREA DE INTEGRAÇÃO	100	100	100	300
EDUCAÇÃO FÍSICA	(80)	(80)	(80)	(240)
MATEMÁTICA	120	120	120	360
FÍSICA E QUÍMICA	100	100	100	300
TECNOLOGIA	120	120	120	360
DESENHO	120	120	120	360
PRÁTICAS DE CARPINTARIA	440	440	440	1 320
TOTAL HORAS ANO / CURSO	1 200 (1 280)	1 200 (1 280)	1 200 (1 280)	3 600 (3 840)

Portaria n.º 332/92
de 10 de Abril

O Decreto-Lei n.º 26/89, de 21 de Janeiro, cria as escolas profissionais no quadro do «relançamento do ensino profissional e reforço das diversas modalidades de formação profissional, que se pretendem levar a cabo fundamentalmente através da acção conjunta dos Ministérios da Educação e do Emprego e da Segurança Social, em estreita cooperação com outros ministérios e ainda com várias entidades públicas ou privadas, tentando capitalizar estruturas e recursos disponíveis, o que, aliás, vem na sequência de orientações definidas em conjunto pelos Ministérios».

Por força das referidas disposições legais e em particular dos n.ºs 1, 2 e 4 do artigo 4.º e dos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 26/89, de 21 de Janeiro, torna-se necessário criar os cursos a funcionar na Escola Profissional de Vila do Conde, criada por contrato-programa outorgado entre o GETAP — Gabinete de Educação Tecnológica, Artística e Profissional, como primeiro outorgante, e a Associação Comercial e Industrial de Vila do Conde, como segundo outorgante.

Assim:

Manda o Governo, pelos Ministros da Educação e do Emprego e da Segurança Social, o seguinte:

1.º São criados os cursos de:

- a) Técnico de secretariado;
- b) Técnico de informática — gestão;
- c) Técnico de mecânica/frio e climatização;
- d) Técnico de electrónica/comando;

cujos planos de estudo se anexam.

2.º Aos alunos que concluírem, com aproveitamento, os cursos aprovados no n.º 1.º será atribuído um certificado de nível 3 de qualificação profissional e um certificado equivalente ao 12.º ano.

Ministérios da Educação e do Emprego e da Segurança Social.

Assinada em 25 de Fevereiro de 1992.

O Ministro da Educação, *Diamantino Freitas Gomes Durão*. — O Ministro do Emprego e da Segurança Social, *José Albino da Silva Peneda*.

CURSO (1) TÉCNICO DE SECRETARIADO

DISCIPLINAS	Cargas Horárias Anuais (2)			
	1ª (10ª)	2ª (11ª)	3ª (12ª)	Total Disc.
PORTUGUÊS	100	100	100	300
LÍNGUA ESTRANGEIRA (FRANCÊS)	100	100	100	300
ÁREA DE INTEGRAÇÃO	100	100	100	300
ECONOMIA	100	100	100	300
PSICOLOGIA	100	100	100	300
LÍNGUA ESTRANGEIRA II (INGLÊS)	100	100	100	300
CONTABILIDADE			120	120
TÉCNICAS DE CÁLCULO E ESTATÍSTICA	100	100		200
TÉCNICAS ADMINI. COMUNICAÇÃO INFORMAÇÃO	120	120	100	340
LEGISLAÇÃO COMERCIAL FISCAL E LABORAL	100	100	100	300
PRÁTICA DE SECRETARIADO	280	280	280	840
TOTAL HORAS ANO / CURSO	1 200	1 200	1 200	3 600

CURSO (1) TÉCNICO DE INFORMÁTICA/GESTÃO

DISCIPLINAS	Cargas Horárias Anuais (2)			
	1ª (10ª)	2ª (11ª)	3ª (12ª)	Total Disc.
PORTUGUÊS	100	100	100	300
LÍNGUA ESTRANGEIRA	100	100	100	300
ÁREA DE INTEGRAÇÃO	100	100	100	300
MATEMÁTICA	140	140	140	420
ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE EMPRESAS	90	90	90	270
TÉCNICAS ADMINISTRATIVAS	70	70	70	210
SISTEMAS DE EXPLORAÇÃO E ARQ. DE COMP.	128	190	40	359
TÉCNICAS DE LINGUAGENS DE PROGRAMAÇÃO	240	160	240	640
ESTRUT., ORGANIZAÇÃO E TRAT. DE DADOS	111	90	-	201
APLICAÇÕES INFORMÁTICAS	98	160	320	576
HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO	24	-	-	24
TOTAL HORAS ANO / CURSO	1 200	1 200	1 200	3 600

CURSO (1) TÉCNICO DE MECÂNICA/FRIO E CLIMATIZAÇÃO

DISCIPLINAS	Cargas Horárias Anuais (2)				
	1ª (10ª)	2ª (11ª)	3ª (12ª)	Total Disc.	
SOCIOCULTURAL (3)	PORTUGUÊS	100	100	100	300
	LÍNGUA ESTRANGEIRA	100	100	100	300
	ÁREA DE INTEGRAÇÃO	100	100	100	300
CIENTÍFICA (4)	MATEMÁTICA	120	120	120	360
	FÍSICA E QUÍMICA	120	120	120	360
	GEOMETRIA DESCRITIVA	80	-	-	80
TÉCNICA, TECNOLÓGICA E PRÁTICA (5)	PRÁTICAS OFICINAIS	200	200	200	600
	DESENHO TÉCNICO	160	160	120	440
	TECNOLOGIA E PROCESSOS	160	160	280	600
	ELECTRICIDADE E ELECTRÓNICA	80	80	-	160
	INFORMÁTICA	80	80	-	160
	ORGANIZAÇÃO INDUSTRIAL	-	80	-	80
	TERMODINÂMICA APLICADA	-	-	160	160
TOTAL HORAS ANO / CURSO	1 300	1 300	1 300	3 900	

MINISTÉRIOS DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO E DO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Portaria n.º 333/92

de 10 de Abril

O Decreto Regulamentar n.º 2/88, de 20 de Janeiro, prevê a elaboração de planos de ordenamento de albufeiras classificadas. Por razões de operacionalidade, esse diploma é omissivo em questões de pormenor, como as que se referem aos procedimentos e formalidades relativos ao acompanhamento técnico, consulta, inquérito público, aprovação, registo e publicação dos planos, remetendo para definição posterior tais questões.

Assim:

Ao abrigo do disposto no n.º 10 do artigo 9.º do Decreto Regulamentar n.º 2/88, de 20 de Janeiro, com a redacção que lhe foi dada pelo artigo 1.º do Decreto Regulamentar n.º 37/91, de 23 de Julho:

Manda o Governo, pelos Ministros do Planeamento e da Administração do Território e do Ambiente e Recursos Naturais, o seguinte:

1.º A elaboração de planos de ordenamento de albufeiras classificadas é acompanhada tecnicamente por uma comissão composta por:

- Um representante da comissão de coordenação regional com jurisdição nas áreas envolvidas, que preside;
- Um representante da Direcção-Geral do Ordenamento do Território;
- Um representante de cada um dos municípios com jurisdição nas áreas envolvidas;
- Um representante do Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, quando se trate de albufeira inserida em área protegida.

2.º Cabe à Direcção-Geral dos Recursos Naturais dar conhecimento às entidades que vão integrar a comissão de acompanhamento do início da sua laboração.

3.º A comissão de acompanhamento reúne pela primeira vez 30 dias após a data de início de elaboração do plano.

4.º Cabe à comissão de acompanhamento promover as consultas a outras entidades interessadas no plano em função das propostas nele formuladas.

5.º Os pareceres solicitados são emitidos no prazo de 45 dias a contar da recepção do pedido, interpretando-se a falta de resposta dentro desse prazo como parecer favorável.

6.º Após a recepção dos pareceres das entidades consultadas, ou decorrido o respectivo prazo, a comissão de acompanhamento elabora o parecer final no prazo de 45 dias.

7.º Recebido o parecer referido no número anterior, ou decorrido o respectivo prazo, a Direcção-Geral dos Recursos Naturais procede à abertura de inquérito público.

8.º O inquérito é aberto mediante aviso publicado em dois dos jornais mais lidos no concelho, um dos quais de âmbito nacional.

9.º O período de inquérito público e de exposição do plano, a anunciar com a antecedência mínima de 8 dias, não pode ser inferior a 30 dias.

CURSO TÉCNICO DE ELECTRÓNICA/COMANDO

DISCIPLINAS	Cargas Horárias Anuais (2)				
	1ª (10ª)	2ª (11ª)	3ª (12ª)	Total Disc.	
SOCIOCULTURAL (3)	PORTUGUÊS	100	100	100	300
	LÍNGUA ESTRANGEIRA	100	100	100	300
	ÁREA DE INTEGRAÇÃO	100	100	100	300
CIENTÍFICA (4)	MATEMÁTICA	180	130	160	450
	FÍSICA E QUÍMICA (sem electricidade)	100	100	100	300
	ELECTRICIDADE	160	-	-	160
TÉCNICA, TECNOLÓGICA E PRÁTICA (5)	MÁQUINAS ELÉCTRICAS	80	140	-	200
	ELECTRÓNICA	140	200	-	340
	SISTEMAS DIGITAIS	-	230	80	310
	INFORMÁTICA	140	-	-	140
	TECNOLOGIA APLICADA	160	100	160	420
	REGULAÇÃO DE MOTORES ELÉCTRICOS	-	-	80	80
	TECNOLOGIAS DE COMANDO	-	-	300	300
TOTAL HORAS ANO / CURSO	1220	1200	1180	3600	